



32/31/74

**SECRETO**

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*CONSELHO DE MINISTROSSÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM8 DE NOVEMBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros à exceção do Ministro sem Pasta Victor Alves, Ministro da Administração Interna, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro dos Assuntos Sociais.

O Ministro da Administração Interna fez-se substituir pelo Subsecretário da Administração Interna, o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo respectivo Secretário de Estado e o Ministro dos Assuntos Sociais pelo Secretário de Estado da Segurança Social.

I. ORDEM DO DIA

1. Foi aprovada a súmula das deliberações tomadas em 5 de Novembro com as seguintes correcções e aditamentos:

- a) No ponto 1.2. deverá aditar-se:

"Acrescentou que a colocação "fora da lei" do MRPP deveria ser bem ponderada nas suas vantagens práticas e inconvenientes,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

2

que terão repercussão normal na ordem pública e particularmente no MEC."

- b) No ponto 1.9. deverá acrescentar-se na parte final:

"... preventivas ou de segurança pública."

- c) Deverá acrescentar-se um ponto 1.11.A. resumindo a intervenção do Ministro da Economia, do seguinte teor:

"O Ministro da Economia referiu dois aspectos do problema: (a) os atropelos à ordem cívica devem ser prevenidos e reprimidos como obstáculo levantado ao processo de democratização e factos explorados no exterior; (b) o pluralismo democrático passa pela existência na plena legalidade de partidos conservadores (facto que aliás lhe foi insistentemente referido na recente viagem à Finlândia)."

- 2.1. O Ministro da Educação e Cultura informou o Conselho da situação nas Universidades após o boicote dos exames de admissão em Lisboa e na Faculdade de Economia do Porto e justificou as principais linhas de orienta

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

3

ção do projecto de decreto-lei sobre gestão de estabelecimentos universitários.

2.2. O Ministro da Coordenação Interterritorial apresentou diversas observações quanto à forma do projecto.

2.3. O Ministro Magalhães Mota salientou que, sem prejuízo de alterações que melhorarão o diploma, lhe parece importante acentuar o facto do projecto surgir enquadrado numa situação universitária em que muitas das comissões directivas em funcionamento se têm limitado a sancionar as deliberações tomadas em assembleias cuja representatividade e democraticidade de métodos é muito discutível.

Considera assim que o projecto é tático, adaptado à conjuntura e que se puder executar-se constituirá real progresso, permitindo em nova fase, prosseguir a política universitária constante do plano de actualização do MEC.

2.4. O Ministro da Economia colocou o problema do funcionamento das assembleias de escola, designadamente em matéria de garantias democráticas de funcionamento, "quorum", etc..

2.5. O Ministro das Finanças apoiou as observações feitas pelo Ministro da Economia e, designadamente, em maté-

./.



ria financeira visto que as escolas movimentam verbas avultadas que não podem ser deixadas a uma diluição de responsabilidades que acabe por ser sinónimo de irresponsabilidade.

2.6.1. O Ministro Melo Antunes sugeriu que se responsabilizasse alguém ou algumas pessoas pelas decisões de carácter financeiro.

2.6.2. O problema foi discutido com observações dos Ministros da Educação e Cultura, Magalhães Mota, Economia, Finanças, Melo Antunes e o Primeiro Ministro.

2.7. O Ministro Álvaro Cunhal levantou o problema da necessidade de ser assegurado o cumprimento da lei, mesmo dum lei liberal como esta, nomeadamente as formas de intervenção previstas para assegurar o cumprimento das leis.

2.8. O Ministro da Educação e Cultura referiu que o Ministério só poderá apoiar-se nos professores ou nos alunos. Doutra forma, só recorrendo à força policial ou militar o que também não parece ser a solução.

As Associações Académicas, ultrapassadas pelos acontecimentos, são tentadas a aderir aos processos extremistas.

Quanto ao professorado, os assistentes mais comprometidos e alguns professores, pretendem fazer esquecer





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

5

as suas atitudes passadas pelas suas posições actuais ditas "progressivas".

2.9. O Ministro da Justiça apoiou considerações feitas pelo Ministro da Educação e Cultura no que se refere à necessidade de revisão da lei vigente sobre reintegrações.

2.10. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros apoiou a proposta e o espírito que a ela presidiu, considerando que, como toda a actuação tática, apresenta vantagens, nomeadamente a canalização das energias estudantis, e inconvenientes visto que, sendo uma lei liberal, no caso de não ser aceite, não permitirá qualquer outro recuo estadual. Formulou observações quanto a alguns riscos de disposições dos diplomas, nomeadamente, quanto à possibilidade de livre fixação da ordem dos trabalhos (artº 5º), exercício do veto (artº 7º), inexistência dum mínimo de votos expressos para validar o acto eleitoral, exercício de poder disciplinar (artº 15º g) e conselhos pedagógicos e científicos (artº 24º).

Propõe finalmente que a publicação do texto fosse utilizada como base de mobilização de opinião pública e atitude estadual na definição duma política liberal.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

6

2.11. O Ministro Álvaro Cunhal salientou que a maioria dos estudantes portugueses deseja participar num processo democrático e deve-se proceder em relação a eles num clima de confiança.

Devem evitar-se e actuar contra todas as formas de ac<sub>tu</sub>ação, que chegam até à violência física, nas escolas.

2.12. O Ministro da Educação e Cultura solicitou a opinião do Conselho sobre o problema da exigência dum "quorum" para a validade das deliberações da assembleia.

2.13. O Ministro do Trabalho pronunciou-se a favor do "quorum" e controle de presenças nas assembleias de modo a garantir que só falem e votem estudantes da própria escola.

Sugeriu também que se definisse a votação secreta como critério e que se utilizem medidas repressivas contra os grupos de agitadores.

2.14. O Ministro Magalhães Mota apoiou a sugestão de lançamento duma campanha mobilizadora de opinião para os problemas de política estudantil e lembrou que a discussão transcende o projecto que lhe deu origem.

Manifestou a sua concordância com todas as fórmulas que assegurem ou garantam o carácter democrático das assembleias e lembrou que uma política ampla de bol-

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

7

sas de estudo poderá ter contrapartida na "punição" pelo peso das propinas dos alunos sem aproveitamento. Sugeriu, finalmente, que algumas das disposições lembradas possam ser objecto de regulamento.

Lembrou, ainda, que as medidas repressivas devem ser ponderadas nos seus prós e contras, pois geram quase sempre solidariedades.

2.16. O Ministro da Educação e Cultura afirmou a sua oposição a medidas repressivas e salientou o negativo papel da imprensa que, em grande parte, avolumou e provocou o agravar da actual crise.

2.17. O Ministro Álvaro Cunhal salientou que as não actuações repressivas levam ao sancionamento da violência dos pequenos grupos e lembrou que tal processo pode estar envolvido num processo maior de reacção.

2.18. O Ministro da Educação e Cultura forneceu dados informativos complementares e suscitou o problema de saber qual a atitude que o Governo pretende tomar.

2.19. O Ministro da Justiça reservou para a sua posterior intervenção a discussão dos problemas de ordem pública na Universidade e fora dela.

Considerou que é importante a mobilização do País pa-

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

8

ra o problema universitário em cuja resolução o seu Ministério estará naturalmente empenhado.

- 2.20. O Ministro da Economia referiu que o problema em causa é de facto um problema de âmbito muito vasto: está em causa o saber-se se a actual situação do País é compatível com a manutenção dos estudantes como casta privilegiada e improdutiva delapidando os recursos dos contribuintes.
- 2.21. O Primeiro Ministro sintetizou o debate afirmando que se as fórmulas de luta democrática e ideológica não resultarem, haverá que reprimir as posições anti-democráticas.
- Informou que em reunião hoje efectuada no Ministério da Comunicação Social já se efectuou uma reunião sobre o papel da imprensa perante a actual situação na Universidade.
- 2.22. O Ministro do Equipamento salientou o papel didáctico que o projecto pode desempenhar.
- 2.23. O Conselho deliberou:
- a) Aprovar na generalidade o projecto de diploma;
  - b) Que o projecto, reformulado, de acordo com as observações feitas, seja circulado em princípio, sem necessidade de voltar ao Conselho;





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

9

c) Que o lançamento do projecto seja integrado numa campanha de mobilização nacional sobre o problema universitário.

3. Em relação às propostas apresentadas pela Comissão para o Estudo do Horário de Trabalho Nacional foi deliberado:

a) Que a Comissão elaborasse uma proposta concisa e explícita que será apreciada em Conselho;

b) Que essa proposta seja articulada com o programa económico-social com o qual está directamente relacionada.

4.1. O Ministro da Justiça deu conhecimento ao Conselho dos principais problemas colocados à acção do seu Ministério.

Nomeadamente, informou das diligências em curso relativamente à Concordata e ao Acordo Missionário.

Estão em curso as alterações à legislação referente aos Tribunais de Trabalho e ao de géneros alimentícios.

O Ministério solicita que os diplomas especializados lhe sejam circulados com maior antecedência sempre que eles contendam com domínios do âmbito também da justiça (Código Civil, em especial).

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

10

Foi também colocado o problema da revisão do direito comercial para o qual o Ministério necessita da colaboração dos Ministérios da Economia e Finanças.

Quanto ao problema do saneamento dos magistrados - constitucionalmente inamovíveis - o Ministro da Justiça proporá um diploma que, até à constituinte, lhe parece resolver o assunto.

Relativamente ao problema dos registos criminais para a constituição dos partidos políticos, os serviços não podem assegurar mais que 1 000 por via e só a CDS já pediu 10 000 registos criminais. Considera-se que o único processo será o admitirem-se certificados colectivos.

O diploma deveria ser incluído na agenda do próximo Conselho, dada a sua urgência.

Relativamente ao problema da criminalidade será necessário ampliar e fortalecer a Polícia Judiciária.

Há situações graves de criminalidade na Costa da Caparica, Queluz, Amadora, etc..

Para além da actividade da Polícia Judiciária está em causa o problema da actuação das polícias preventivas. Considera-se absolutamente necessária a criação no Ministério da Administração Interna duma Secretaria ou dum Subsecretário de Estado que centralize todas as

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

11

actuações policiais preventivas (PSP, GNR e COPCON) pois a actuação política do Governo não pode separar-se das garantias da sua exequibilidade e coercibilidade.

É inadequada a intervenção com armas de fogo mas é preciso dotá-los com meios de intervenção para os incidentes de rua. A responsabilidade política cabe ao Governo pelo que deverão ser canalizadas e centralizadas na Administração Interna os poderes de intervenção policial.

Outro facto é o das prisões efectivas sem culpa formada nem interrogatório. Ou o Governo diz que não tem nada a ver com isso, ou o problema, que é desprestigiante, precisa ser resolvido.

O Ministro da justiça entende não poder continuar a ser responsabilizado por uma situação que nem sequer conhece.

Outro problema é o burocrático: a ineficência do Tribunal de Contas e da Caixa Geral de Aposentações atrasa toda a renovação das estruturas empresariais.

Também é necessário que se efectuem rapidamente as posses do Secretário de Estado e do Vice-Presidente do Conselho Superior Judiciário.

Finalmente, o Ministro salientou a necessidade de estudos de direito comparado para a realização dos quais



estão já em curso várias missões.

- 4.2. O Primeiro Ministro manifestou a sua concordância com as observações formuladas em relação à actuação e re-estruturação das forças de segurança.

Em relação aos problemas de segurança e desmantelamento, as Forças Armadas estão igualmente preocupadas mas têm esperança na possibilidade duma breve resolução dos problemas colocados.

Considerando justas as críticas formuladas, manifestou o seu empenhamento na resolução dos problemas postos.

- 4.3. O Ministro da Justiça propôs concretamente que se designasse uma comissão para propor as soluções para os problemas suscitados.

- 4.4. O Subsecretário de Estado da Administração Interna lembrou que o problema das forças de segurança é, efectivamente, um problema cujo âmbito transcende o do seu Ministério, visto que implica a coordenação entre o Governo e as Forças Armadas.

O problema preocupa diariamente o seu Ministro.

- 4.5. O Ministro da Economia sugeriu que para a revisão do direito das sociedades se constituísse um grupo de trabalho, mesmo informal.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

13

- 4.6. O Ministro Álvaro Cunhal solicitou a maior urgência na publicação do diploma sobre registo criminal e exprimiu algumas preocupações quanto à sua execução pelos serviços e em tempo útil.
- 4.7. O Ministro da Justiça considera que o problema da execução pelos serviços resulta da lei: oportunamente se verificará se os serviços a não cumprem.  
Quanto aos prazos, o problema é preocupação de todo o Governo.
- 4.8. O Ministro Magalhães Mota referiu que, quanto ao problema da revisão do direito comercial, raciocinara no pressuposto da existência de trabalhos feitos o que afinal se não verifica.  
Sugeriu a necessidade de serem conhecidos do Conselho os trabalhos da Comissão para estudo dos problemas de nacionalidade, cuja urgência de resolução se coloca desde já.  
Outro problema é o da revisão da legislação referente à maioridade. Consagrada a maioridade cívica aos 18 anos, parece que deverá baixar-se para a mesma idade a maioridade em geral.  
O problema da delinquência juvenil poderá, também, aconselhar a redução das idades.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

14

Relativamente ao problema das forças de segurança julga que o estudo da questão deverá ser dinamizado, collocando-se ao Conselho dos Chefes do Estado Maior a necessidade de medidas urgentes, ainda que transitórias ou intercalares, e a conveniência duma comissão mista (Governo - Forças Armadas) que as proponha.

Finalmente, apoiou a sugestão do Ministro da Justiça para constituição de comissão semelhante para, com urgência, encarar o problema das prisões, porquanto é necessário que de nenhum modo a situação democrática dê o flanco e para isso é necessária a conformidade de todas as actuações com os processos democráticos.

4.9. A pedido do Ministro da Justiça foi circulado, para apreciação urgente, um projecto de decreto-lei sobre o saneamento de magistrados.

4.10. Também a pedido do Ministro da Justiça foram circulados:

- a) uma carta do Bastonário da Ordem dos Advogados sobre as prisões efectuadas e as condições em que o foram;
- b) um ofício da PSP agradecendo o apoio e colaboração da Polícia Judiciária.

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

15

5. Foi aprovado o projecto de decreto-lei que, conforme recomendação do Conselho Económico-Social prorroga o prazo do nº 5 do artº 6º do Decreto-Lei 466/74.

6.1. O Ministro das Finanças solicitou a todos os Ministérios que lhe fossem fornecidos, com urgência, os elementos relativos ao Plano de Fomento, já extremamente atrasados.

Também em relação ao orçamento é indispensável o fornecimento dos orçamentos de cada Ministério. § A Comissão instituída para o lançamento dum empréstimo de dívida pública concluiu os seus trabalhos, embora tenha trabalhado morosamente e nem sempre bem.

O empréstimo terá tantos títulos conforme a procura e a taxa será da ordem dos 10% com um prazo de 13 anos. O empréstimo seria lançado por uma grande campanha visto que em termos puramente económicos o interesse do empréstimo não é grande para as pessoas.

O projecto será circulado e recolhidas as opiniões sobre ele na próxima reunião.

O problema das pensões de aposentação preciso de ser revisto para data de Dezembro.

Finalmente, Moçambique necessita dum empréstimo a médio prazo de 2,5 milhões de contos, dos quais 500 000 contos seriam desde já indispensáveis.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

16

A verdade é que o Ministério das Finanças emprestou já a Moçambique, por vários processos, um total de 1 700 000 contos, este ano.

A dívida de Moçambique já era de 1 100 000 contos e os atrasados oficiais correspondem a mais um milhão. Há mais um milhão à TAP e no restante dos ocultos deve atingir os 3 milhões.

6.2. O Ministro das Finanças fez circular uma informação sobre a posição dos trabalhos do orçamento para 1975.

6.3. O Ministro da Coordenação Interterritorial colocou o problema da indispensabilidade do auxílio de 500 000 contos, visto que sem esse empréstimo a economia moçambicana não sobreviverá.

6.4. O Ministro Sem Pasta Melo Antunes apoiou a posição expressa pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, salientando ser necessário desbloquear uma situação em que os brancos de Moçambique vivem no pânico de não conseguirem sustentar a sobrevivência dos seus familiares na Metrópole. Acresce que a contrapartida dos depósitos feitos em Moçambique permitirá o auxílio a algumas das vítimas das depredações verificadas na sequência dos incidentes.

Não deixa, no entanto, de reconhecer as consequências do empréstimo em termos de inflação.

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

17

- 6.5. O Ministro da Coordenação Interterritorial considerou ainda o empréstimo essencial para a manutenção de alguns técnicos em Moçambique sem o que a economia moçambicana desaparecerá, perdendo-se os investimentos vultosos feitos e em curso.
- 6.6. O Ministro Sem Pasta Magalhães Mota levantou o problema da moeda, perguntando o que se vai fazer a esse respeito.
- O Ministro das Finanças esclareceu que não interessa a Portugal manter a sua moeda ligada à de Moçambique.
- O Primeiro Ministro deu ao Conselho informações sobre as possibilidades de colaboração no sector económico e financeiro.
- 6.7. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros lembrou que vários Estados Europeus desejam ajudar Angola e Moçambique marcando desde já uma presença económica e financeira. É o caso da Alemanha, Holanda, etc..
- Outro aspecto a desenvolver será o caso da colaboração através das Nações Unidas.
- 6.8. O Ministro da Coordenação Interterritorial lembrou ainda que o empréstimo agora em causa, não tem comparação possível com os financiamentos feitos a Cabo Verde.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

18

- 6.9. O Ministro Sem Pasta Major Melo Antunes diz que o problema dos auxílios externos terá que ser visto coordenadamente e, talvez, no âmbito dum futuro Ministério de colaboração com os novos Países.
- 6.10. O Ministro Sem Pasta Dr. Álvaro Cunhal levantou o problema dos encargos que o Estado está a assumir servir também de protecção e apoio a interesses privados qua assim parece deveriam dar também o seu contributo.
- 6.11. O Ministro do Equipamento Social congratulou-se pelas hipóteses de auxílio externo e salientou que haverá que garantir que a aplicação dos dinheiros emprestados se faça exclusivamente a favor de familiares de pessoas que permanecem em Moçambique.
- 6.12. O Ministro das Finanças chamou a atenção para os problemas suscitados ao País por este processo em que estamos a praticar auxílios inoportáveis. Enquanto os EUA não praticam auxílios superiores a 0,5% do produto nacional, só neste ano e para Moçambique vamos em cerca de 1%.
- 6.13. Verificaram-se novas intervenções de o Ministro da Coordenação Interterritorial, Primeiro Ministro e Ministro Melo Antunes.





6.14.1. O Conselho deliberou:

- a) Conceder um empréstimo de 300 000 contos, admitindo desde já um empréstimo de mais 200 000 quando a primeira fase se esgotar e de acordo com um ritmo de gastos da ordem dos 100 000 contos por mês;
- b) O montante do empréstimo ficará depositado no Banco de Portugal ou no Banco Nacional Ultramarino e à ordem do Alto Comissário;
- c) O montante do empréstimo só poderá ser utilizado no auxílio a familiares de residentes que permaneçam em Moçambique;
- d) Nas conversações de Dar-es-Salam, o Ministro Melo Antunes deverá chamar a atenção da Frelimo para a necessidade de utilizar recursos não transferindo simplesmente dificuldades e continuando a recusar fazer emissões monetárias ou não aceitando empréstimos externos por razões políticas.

6.14.2. O Ministério das Finanças elaborará um projecto de resolução do Conselho de Ministros que submeterá a Conselho.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

20

7. O Conselho aprovou a recomendação do Conselho Económico-Social de acordo com a qual a discussão do projecto de instalação duma fábrica de automóveis em Sines só deverá efectuar-se depois de definido o programa económico-social.
- 8.1. O Ministro do Equipamento Social apresentou o projecto de revisão dos preços de empreitadas de obras públicas, justificando a sua nova apresentação pelo facto de o considerar essencial à construção civil.
- 8.2. O Subsecretário de Estado da Administração Interna suscitou o problema das consequências do diploma para as autarquias locais.
- 8.3. O Ministro da Economia colocou a questão da desigualdade de tratamento em relação a outros sectores em relação aos quais a política tem sido a de fazer absorver preços, a das consequências inflacionistas do processo e a transferência de todos os custos para o Estado.
- 8.4. O Secretário de Estado da Segurança Social sugeriu que o sector limitasse também os seus lucros.
- 8.5. O Ministro Sem Pasta Magalhães Mota recordou que quando da primeira discussão do problema votara contra o projecto por um conjunto de razões: a) tratamento

./.





preferencial em relação a outros sectores; b) continuação do processo de transferência para o Estado com todas as consequências para o problema da inflação; c) ausência quase total de risco, impedindo uma política de austeridade que em relação aos preços dos materiais quer em relação à reivindicações salariais. No entanto, considerando a crise do sector e a sua importância no sector do emprego, admitiria o diploma para correcção das injustiças verificadas mas não para o futuro.

- 8.6. O Ministro da Coordenação Interterritorial considerou que a revisão é uma obrigação moral face às alterações que a inflação faz surgir nas condições em que as partes contrataram.
- 8.7. O Ministro da Economia manifestou o seu apoio ao princípio da retroactividade do diploma mas considerou que deveria obrigar-se a uma percentagem mínima para efectivar revisões.
- 8.8. O Ministro das Finanças apoiou as propostas do Ministro da Economia e sugeriu que a percentagem de aumentos salariais a suportar pelo empregado fosse fixada em 20%.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

22

8.9. O Conselho deliberou, por maioria:

- a) Que a retroactividade do diploma seja estabelecida em 1 de Janeiro de 1974;
- b) Que a revisão só se efective a partir dos limites constantes do 1º projecto do diploma;
- c) Que a percentagem de aumentos salariais a suportar pelo empreiteiro seja de 20%.

9. Foi transferida para a próxima reunião a discussão das leis orgânicas do Ministério do Trabalho, sem prejuízo do respectivo Ministro iniciar a reestruturação, ainda que sujeita a ratificação do Conselho.

10. Foi aprovado o projecto de decreto-lei apresentado pelo Ministério da Justiça sobre o saneamento de magistrados.

II. DEPOIS DA ORDEM DO DIA

11.1. O Subsecretário da Administração Interna sugeriu que os membros das comissões de saneamento "ad hoc" fossem ajuramentados ou inquiridos previamente.

11.2. O Conselho deliberou que o Ministério formalizasse a proposta, reduzindo-a a escrito, de modo a poder ser apreciada.

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

23

12. O Ministro da Educação e Cultura apresentou ao Conselho o problema das vantagens e inconvenientes da sua deslocação a Paris, nos dias 14, 15 e 16 de Novembro. O Conselho considerou conveniente que o Ministro se deslocasse.
13. O Ministro da Economia apresentou ao Conselho o problema de fornecer à França, conforme pedido do Ministro Victor Alves, uma nota sobre as negociações com a CEE.  
Foram ponderadas as vantagens e inconvenientes da negociação bilateral, com intervenções do Ministro das Finanças e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.
14. O Ministro do Trabalho propôs a publicação do projecto de lei das associações sindicais.  
O Conselho resolveu rever a deliberação antes tomada, (ponto 2.7.2. da sùmula de CM de 24.9.74), fazendo o Ministério do Trabalho a divulgação junto dos Sindicatos e fazendo-se posteriormente a publicação na imprensa.